



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: AS MARCAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA PREVIDÊNCIA

Thayane Duarte Queiroz¹

bocthay@gmail.com

Universidade de Brasília – UnB

Brasil

Resumo

O trabalho em seu sentido ontológico, de acordo com Cisne (2004, p. 126), é a objetivação humana que se realiza através do processo de racionalidade do que se pretende realizar, ou seja ao transforma a natureza o ser humano se auto transforma. No entanto, a partir do momento que a classe trabalhadora não possui mais controle sobre o processo de produção de seu trabalho, passa a não se reconhecer como produtora da mercadoria, que passa a ser vista de forma exteriorizada ao sujeito não pertencendo, mas a este. É neste momento que a mercadoria passa a dominar a trabalhadora e o trabalhador. Nesse sentido, a divisão social do trabalho, se dá de forma desigual, favorecendo a exploração do trabalho e a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente. É nesta perspectiva que se gesta a divisão sexual do trabalho, que se apresenta sobre os sexos como uma forma de divisão social do trabalho, ou seja, dentro das relações societárias construídas historicamente. É nesse cenário que se gestam as determinações das tarefas e lugares no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Além disso, “Há uma intrínseca relação entre a divisão sexual do trabalho e o caráter contraditório do antagonismo de classe[...]” (CISNE, 2004, p. 127). O processo de produção e reprodução do sistema capitalista esta correlato ao processo da divisão sexual do trabalho, através da exploração da força de trabalho das mulheres, refletida na subalternização deste trabalho.

Agradecimentos: Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), pelo apoio.

¹ Assistente Social graduada em Serviço Social pela UnB e mestranda, no curso de Pós-Graduação em Política Social na UnB.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Nesse sentido, para Cisne (2004, p. 219), “as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a estas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho. ” Assim, o processo de feminização do trabalho é crucial para o processo de acumulação de capital, pois é através da responsabilização da mulher sobre o processo de reprodução social e de cuidado que o acúmulo de riqueza se torna viável. De acordo com Freitas (et.al, 2010), o trabalho realizado cotidianamente pelas mulheres possibilita “movimentar e sustentar o mundo”, pois apesar de não produzir mercadorias de forma direta possibilita através da reprodução social “manutenção da vida e reprodução das pessoas”. Isto é auxilia diretamente e concretamente no acúmulo de capital, porém grande parte das mulheres não recebe remuneração pelo trabalho doméstico, pelo trabalho que realiza, no âmbito familiar, pela manutenção da vida e reprodução das pessoas. É possível inferir, em relação à mulher, que a exploração e precarização do trabalho feminino intensifica o acúmulo de capital. Por fim, este trabalho utilizará como método a perspectiva crítico-dialética com vista a problematizar a questão da mulher no mercado de trabalho.

Abstract

The work in its ontological sense, according to Swan (2004, p. 126), is the human objectification that is realized through the process of rationality of what one intends to accomplish, that is to say, by transforming nature, the human being transforms himself. However, once the working class has no more control over the production process of its work, it does not recognize itself as the producer of the commodity, which is now seen externally to the non-belonging subject, but to this . It is at this moment that the merchandise begins to dominate the worker and the worker. In this sense, the social division of labor occurs unequally, favoring the exploitation of labor and the private appropriation of collectively produced goods. It is in this perspective that the sexual division of labor is born, which presents itself on the sexes as a form of social division of labor, that is, within historically constructed societal relations. It is in this scenario that the determinations of tasks and places in the labor market between men and women are managed. In addition, "There is an intrinsic relation between the sexual division of labor and the contradictory character of class antagonism..." (CISNE, 2004, p. The process of production and reproduction of the capitalist system is correlated with the process of the sexual division of labor, through the exploitation of women's labor force, reflected in the subalternization of this work. In this sense, for Cisne (2004: 219), "gender analysis should not describe classifications / categorizations (being a man, being a woman), but identifying how the meanings attributed to them interfere and contribute to the construction of the world of work . "Thus the process of feminisation of labor is crucial to the process of capital accumulation, for it is through the accountability of women over the process of social reproduction and care that the accumulation of wealth becomes



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

viable. According to Freitas (et.al, 2010), the daily work carried out by women makes it possible to "move and sustain the world" because, despite not producing goods directly, through social reproduction "maintenance of life and reproduction of people" . This is directly and concretely aids in the accumulation of capital, but most women do not receive remuneration for domestic work, for the work they perform in the family sphere, for the maintenance of life and reproduction of people. It is possible to infer, in relation to women, that the exploitation and precarization of female labor intensifies the accumulation of capital. Finally, this work will use as a method the critical-dialectical perspective in order to problematize the issue of women in the labor market.

Palavras chave: Feminização; Gênero; Trabalho

Keywords: Feminization; Genre; Job

Introdução

Para compreender a divisão sexual do trabalho é necessário analisar a categoria trabalho, mesmo que de modo sintetizado, para que se possa compreender como se dá o trabalho feminino na sociedade capitalista. Sendo assim, o trabalho é parte fundante da sociabilidade humana, pois é por meio deste que o homem se diferencia dos animais, dado que através do trabalho o homem satisfaz suas necessidades de sobrevivência. Neste sentido, Silva (2006, p. 31), refere-se à relação entre o ser humano e a natureza por meio do trabalho,

É pelo trabalho que o ser humano se distingue dos outros animais. Adquire uma forma corporal própria, modifica e domina a natureza, obrigando-a a servi-lo, imprimindo aos seus recursos forma útil à vida humana. Neste processo de modificação da natureza externa para atender às suas necessidades, mediante a produção de seus meios de subsistência, o ser humano modifica a sua própria natureza, desenvolvendo as potencialidades nela existentes e adormecidas. A produção desses meios de subsistência repercute na produção de sua vida material, e dessa forma, em seu modo de pensar e viver.

Antunes (2000), por sua vez, analisa o trabalho a partir da existência de dois sistemas de mediação denominados de primeira ordem e segunda ordem. Assim, o sistema de mediações de primeira ordem, apresenta-se como a preservação das funções



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de reprodução individual e social. Ou seja, o ser humano faz parte da natureza devendo objetivar suas necessidades em interação com esta, através das funções primárias de reprodução societária; ou, como descreve Antunes, o sistema de mediações de primeira ordem se fundamenta na “ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem” (ANTUNES, 2000, p. 19-28). Desta forma, na ordem primaria não há dominação hierárquica, o que configuraria um sistema capitalista e sua mediação de segunda ordem.

Por conseguinte, se dá a emergência do sistema de mediações de segunda ordem que gera o desejo de consumo de bens não necessários para a subsistência, designado, por Antunes (2000, p. 20), como fetiche². Ou seja, “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico”, promovendo a “subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca (...) e a divisão hierárquica do trabalho” (ANTUNES, 2000, p. 21). Nesse sentido o autor coloca que o metabolismo social é um resultado da divisão social do trabalho e que este desenvolve a subordinação do trabalho em relação ao capital, que se gesta historicamente, isto é, o ser humano está articulado a uma totalidade social por um sistema de produção e troca. Assim o sistema de mediações de segunda ordem se sobrepõe a mediação de primeira ordem, dentro do sistema capitalista.

A partir desta perspectiva, no capitalismo, o trabalho se torna alienado e hierárquico e passa a ser designado como uma atividade penosa que não pertence mais ao ser humano. Nesse sentido, o sistema de mediação de segunda ordem, de acordo com Antunes (2000) expressa a separação e alienação do trabalhador e da trabalhadora, onde os meios de

² Tendo como análise o entendimento de Karl Marx a partir do livro “O Capital”, “. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital. ” (MARX, 1996, p. 33).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

produção não são mais coletivos, mas sim pertencentes a uma minoria, que detém privadamente os meios de produção. Há, assim, um expansionismo do capitalismo a partir da fragmentação e subalternização do trabalhador e da trabalhadora em relação ao trabalho. Assim ocorre o que é denominado de divisão social do trabalho, há uma separação social entre quem produz e quem possui e controla os meios de produção, respectivamente classe trabalhadora e classe dominante. Com isso, o:

Processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade retificada- um mero “fator material de produção”, subvertendo desse modo, não só na teoria, mas também, pratica social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto(...) (ANTUNES, 2000, p 22).

De acordo com Cisne (2004, p. 126) o trabalho em seu sentido ontológico³ é a objetivação humana que se realiza através do processo de racionalidade do que se pretende realizar, ou seja, ao transformar a natureza o ser humano se autotransforma. Nessa direção, Sergio Lessa, a partir da análise de Lukács, afirma que,

[...] trabalho [...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2002, p.27).

Nesse viés o trabalho humano demanda uma dimensão teleológica que Cisne (2004), com base em Marx, descreve como a capacidade humana de projetar o que se pretende fazer antes mesmo de realizar a atividade, ou seja de forma antecipada. É nesta perspectiva que através de uma previa imaginação o ser humano consegue objetivar o que deseja realizar através do trabalho. “O processo de ‘objetivação humana’ na ordem metabólica do capital não acontece, ao contrário, perde-se a dimensão teleológica do

³A partir da análise feita por MARTINS (2012), sobre Gyorgy Lukács, “uma ontologia se define pelo esforço em afirmar o ser como mundo, distinto, num primeiro momento, do sujeito que sobre ele se debruça, e que por isso demanda um saber que o formule em suas características singulares. Nesse esforço, serão imprescindíveis uma atualização e uma retificação do antigo conceito de substância, inclusive porque a consideração crítica de tal conceito não nos deve levar a desistir de sua objetividade, “mas tão somente de sua sic absolutidade [caráter absoluto]” (Lukács, 2012, p. 146).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

trabalho concreto.” (CISNE, 2004, p. 127). No entanto, a partir do momento que a classe trabalhadora não possui mais controle sobre o processo de produção de seu trabalho, passa a não se reconhecer como produtora da mercadoria, que passa a ser vista de forma exteriorizada ao sujeito não pertencendo, mas a este. É neste momento que a mercadoria passa a dominar a trabalhadora e o trabalhador. “Isto é o que a teoria marxiana denomina de ‘fetichismo da mercadoria’, que produz esse ‘irracionalismo’, transformando a relação entre os seres humanos numa relação entre ‘coisas’.” (CISNE, 2004, p. 127).

Nestes termos, conforme aponta Cisne (2004) o trabalho perde sua intencionalidade de “objetivação humana”, como forma de atender as necessidades, como valor de uso, e passa a atender os fins lucrativos ao capital, valor de troca. Assim,

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. são, portanto, um valor de uso ou bem. [...] O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria. (MARX, 1996, p. 166-167).

É através do trabalho que se realiza a manutenção do sistema capitalista e que se produz riqueza social. Ou seja,

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2013, p. 118-119).

A mercadoria é parte básica no processo de produção de riqueza no capitalismo, a partir dela a exploração da força de trabalho se realiza, pois, quando é vendida, transforma em lucro, o mais-valor incorporado no momento de sua produção. Assim, a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mercadoria é o motor do mercado, assim como é no mercado de trabalho que se inscreve a divisão social do trabalho, de forma desigual, favorecendo a exploração da força de trabalho e a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente. É também nesta perspectiva que se gesta a divisão sexual do trabalho, que por sua vez apresenta-se sobre os sexos como uma forma de divisão social do trabalho, ou seja, dentro das relações societárias construídas historicamente. É nesse cenário que se gestam as determinações das tarefas e lugares no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Além disso, de acordo com a autora, “Há uma intrínseca relação entre a divisão sexual do trabalho e o caráter contraditório do antagonismo de classe[...]” (CISNE, 2004, p. 127). Com isso, o processo de produção e reprodução do sistema capitalista está correlato ao processo da divisão sexual do trabalho, através da precarização e exploração da força de trabalho das mulheres, refletida na subalternização deste trabalho. Isto é,

Há, pois, que se garantir a reificação para se ter o controle da força de trabalho, e com esta, a da riqueza produzida, que depende da exploração da classe trabalhadora. Situam-se sobre essas bases o antagonismo e a contradição do capital em sua relação com o trabalho [...] (CISNE, 2004, p. 217).

A partir dessas reflexões é importante salientar que, de acordo com Cisne (2004, p. 219), “as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a estas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho.” Desse modo, o processo de feminização do trabalho é crucial para o processo de acumulação de capital, pois é através da responsabilização da mulher sobre o processo de reprodução social e de cuidado que a acumulação de riqueza se torna forte.

Mulheres e crianças eram tidas como mão-de-obra mais dócil e com menos capacidade de organização e protesto. Assim atribuiu-se menor valor ao seu salário. A elas, em geral, eram destinadas as tarefas envolvendo o trabalho manual, similares ao trabalho doméstico. Como esses afazeres eram considerados dons e aptidões naturais das mulheres, eram desvalorizadas. A exploração do trabalho das mulheres pelo sistema capitalista, que então emergia como o novo modo de produção – baseado na exploração do trabalho assalariado – é uma grande verdade. Mas, muito antes disso, as mulheres já trabalhavam e muito. Trabalhavam, por exemplo, dentro de suas próprias



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

casas, produzindo artigos artesanais e produzindo a riqueza que, mais tarde, possibilitaria a própria acumulação de recursos para a implantação das grandes indústrias. Nesse sentido, o trabalho em domicílio, realizado pelas mulheres, foi uma atividade fundamental para a mudança no sistema de produção em todo o mundo. (FREITAS, et.al (org.), 2010, p.12).

De acordo com Freitas (et.al, 2010), o feminismo coopera na desnaturalização da invisibilidade da mulher no mercado de trabalho, evidenciando uma nova forma de olhar o trabalho da mulher. Assim, o trabalho realizado cotidianamente pelas mulheres possibilita “movimentar e sustentar o mundo”, pois apesar de não produzir mercadorias de forma direta possibilita através da reprodução social “manutenção da vida e reprodução das pessoas”. Isto é auxilia diretamente e concretamente no acumulo de capital, porém grande parte das mulheres não recebe remuneração pelo trabalho doméstico, pelo trabalho que realiza, no âmbito familiar, pela manutenção da vida e reprodução das pessoas. Para além dessa constatação também é possível inferir, em relação à mulher, que a “desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo” (CISNE,2004, p.129), intensifica esse acumulo de capital.

[...] o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres de forma não remunerada no âmbito familiar é de suma importância, pois atende necessidades humanas indispensáveis para a perpetuação da sociedade. Na perspectiva de valorização das atividades realizadas por mulheres e, especialmente por aquelas que abdicaram de vender sua força de trabalho para cuidar de encargos domésticos e de cuidados de familiares [...] (CORDEIRO, 2014, p. 18).

A dupla jornada de trabalho acarreta múltiplos impactos na vida da mulher que influenciam diretamente em sua condição de vida, seja pela não remuneração, pela desvalorização do trabalho doméstico ou pela precarização do trabalho que estão inseridas. Assim,

No mundo do trabalho, nós mulheres somos duplamente exploradas. Somos parte da classe trabalhadora: para sobreviver, temos que trabalhar em troca de salário. Isso porque vivemos em uma sociedade capitalista, em que uma pequena parcela da população, a classe burguesa, vive da exploração do trabalho da grande maioria, a classe trabalhadora. (FREITAS, et.al (org.), 2010, p.15).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Segundo dados do IBGE (2010, p. 2), embora, as mulheres se encontrem entre a maior parte da população, de 10 ou mais anos de idade, estas ainda são em geral a menor parte da população economicamente ativa. “Em 2009, em média, eram 10,6 milhões de mulheres na força de trabalho, sendo 9,6 milhões ocupadas e 1,1 milhão desocupadas. O contingente de mulheres na inatividade foi estimado em 11,3 milhões.” De acordo com Silva (2012, p.250),

O crescimento da participação da mulher na cobertura previdenciária, pelo RGPS, demonstra que a mesma está conseguindo ampliar a inserção no chamado “trabalho protegido”. Contudo, elas ainda são a maioria entre os que experimentam o “trabalho sem proteção”, ou seja, entre os ocupados que não têm acesso à previdência social. Da mesma forma são a maioria entre os que estão procurando ocupação.

Isto é, grande parcela das mulheres se encontram desvinculadas do sistema previdenciário, mesmo constatando que nos últimos anos essa inserção tem se dado de forma mais aparente. Conforme o Gráfico 2, uma média de 53,6% das mulheres, em 2009, se encontrava em idade ativa, no entanto, apenas 46% destas se encontrava economicamente ativas, sendo que 63,6% não eram economicamente ativas e 56% estavam desocupadas. Ou seja, a diferença percentual entre homens e mulheres ativos e ativas no mercado de trabalho é assustador, 6% de diferença entre homens e mulher economicamente ativos e ativas e 27,2% de diferença entre homens e mulher desocupados e desocupadas.



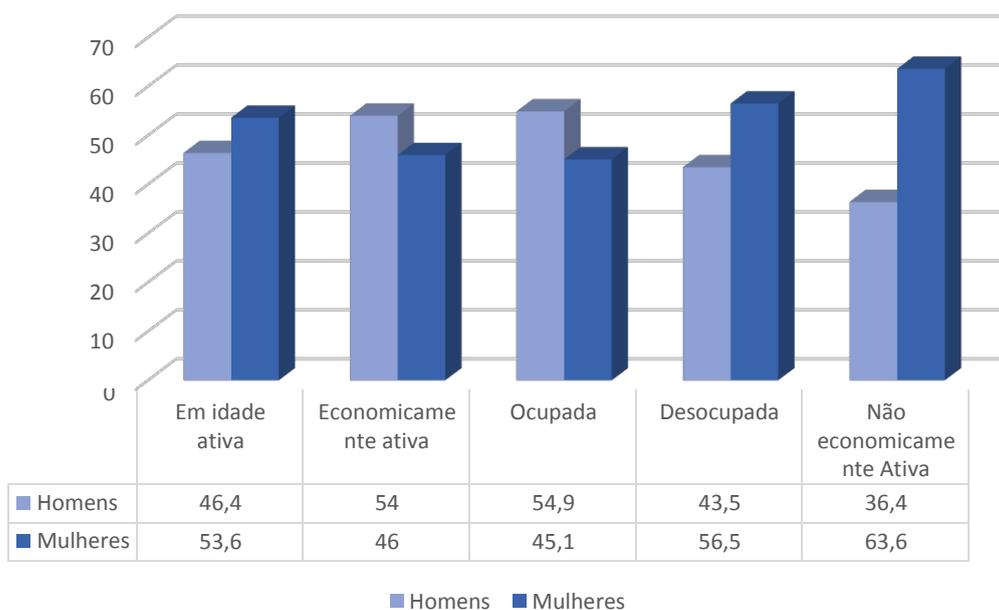
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Gráfico 1 - Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o sexo



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2010. *Média das estimativas mensais. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf

Para além disso, de acordo com Silva (2012, p. 250) “No decorrer da década, percebeu-se um crescimento da participação da mulher no RGPS em cerca de um ponto percentual (0,8%), ou seja, de 38,14%, em 2002, para 39,12%, em 2008. ” Também, conforme a autora, é possível constatar uma pequena diminuição de 0,98% da participação do homem em entre 2002 e 2009. Assim, a partir da Tabela 1 é possível inferir que a média de homens que contribuíram para a previdência social estava entre 60% e 61%, entre os anos de 2002 a 2008, enquanto as mulheres estavam entre 38% e 39%. Em comparação ao Gráfico 2 e Tabela 1, é possível demonstrar que esse aumento da participação da mulher está relacionado ao número de mulheres em idade ativa, porém que ainda constituem grande parcela da população desocupada.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 1 - Perfil da População Economicamente Ativa – PEA (entre 16 e 64 anos de idade) contribuinte para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, segundo o sexo- Brasil, 2002,2004,2006,2008

Anos	Contribuinte para o Regime Geral de Previdência Social ⁽¹⁾					
	Sexo		Mulheres		Total	
	Homens		Mulheres		Total	
	Valor absoluto	(%)	Valor absoluto	(%)	Valor absoluto	(%)
2002	18 860 178	61,8	11 626 706	38,1	30 486 884	100,0
2004	20 568 974	61,6	12 809 751	38,3	33 378 725	100,0
2006	22 438 096	60,6	14 538 344	39,3	36 976 440	100,0
2008	25 145 503	60,8	16 158 374	39,1	41 303 877	100,0

FONTE: SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. Brasília, 2011. Tese de Doutorado. Pág. 250. Elaboração da autora a partir dos Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA: Excluídas as respostas "Sem declaração" com relação à condição de contribuição. (1) Extraído do total de contribuintes para qualquer regime previdenciário.

Conforme Silva (2012, p. 252) aponta uma das condições primordiais para o acesso à previdência social é a capacidade contributiva, essa capacidade dependerá diretamente da ocupação exercida no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, de acordo com Cordeiro (2014, p.89) “o trabalho doméstico segue uma lógica diferenciada do trabalho mercantil, mas tem interferência sobre ele. [...]mesmo que o trabalho doméstico não tenha um ‘valor’ no sentido capitalista de mensuração, [...]”. Nesse sentido, a autora coloca a importância da contribuição, de forma indireta, do trabalho doméstico remunerado e não remunerado para a produção e reprodução do sistema capitalista. Pois, há uma cooperação indireta para a acumulação de capital, para a manutenção das relações societárias e econômicas. Esta desvalorização do trabalho doméstico acarreta uma desvalorização monetária deste serviço, como apresenta (CISNE, 2012, p. 116)

Pode-se perceber que há uma relação direta entre o trabalho doméstico e o salário mínimo, já que esse é calculado, fundamentalmente, com base nos custos necessários à reprodução da força de trabalho. A naturalização das atividades domésticas como uma obrigação da mulher e a não remuneração deste trabalho, possibilita, portanto, dentre outras determinações (como o exército industrial de reserva), que o salário mínimo seja sempre inferior ao que deveria ser.



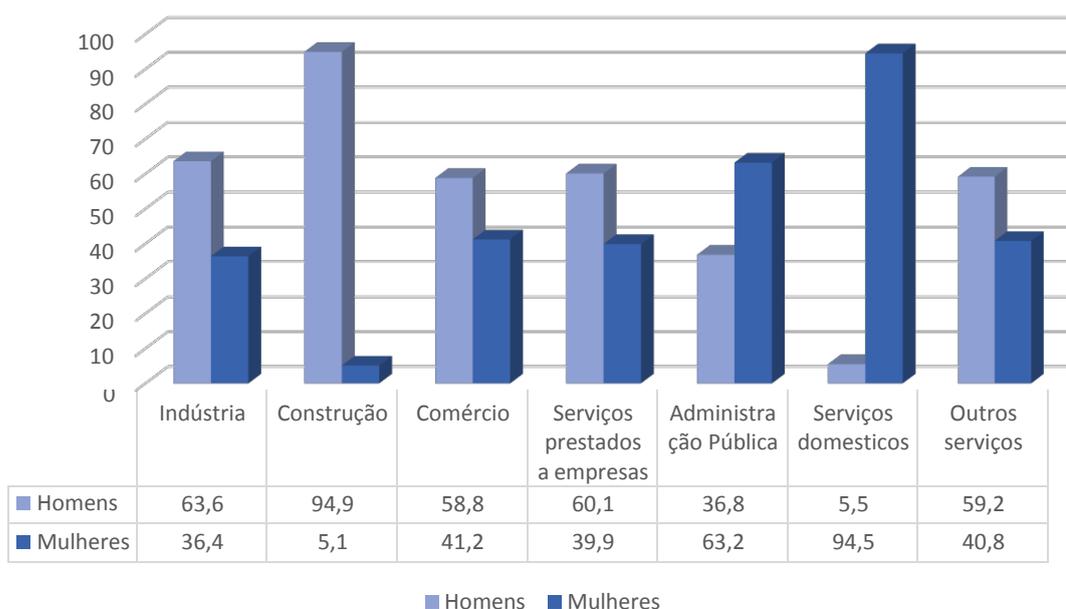
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Com isso, constata-se que grande parte das mulheres ainda hoje é responsabilizada pela realização de atividades domésticas, conforme a Gráfico 3, cerca de 94,5% das mulheres dentro da população ocupada realiza serviços domésticos, caracterizando uma dupla jornada de trabalho para grande parte destas mulheres dentro e fora no núcleo familiar.

Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo 2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2010. *Média das estimativas mensais. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf

Assim, a história das mulheres na previdência é marcada por diversos limites de acesso aos benefícios previdenciários. Isto posto, CFEMEA (2003, p.66-67) questiona essa desvalorização das mulheres em relação ao RGPS, trazendo dados dos anos de 2001 do PNAD, “Do ponto de vista da exclusão previdenciária, dos 40,7 milhões sem previdência, 16,8 milhões são mulheres. A taxa de cobertura para o sexo feminino é de 40% e a dos homens é de 43,9%.” E ainda salienta,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A situação é ainda mais crítica quando se trata da cobertura para as trabalhadoras domésticas, por conta-própria, não remuneradas e que trabalham para o próprio consumo. Para cada uma dessas categorias, a cobertura previdenciária não chega a 30% das mulheres. [...] Apesar das mulheres serem majoritárias entre os beneficiários da Previdência Social (56,4% do total), o valor médio dos seus benefícios é mais baixo, com o que a proporção dos recursos recebidos pelas mulheres é menor (46,8%). Dada a equivalência entre os benefícios e a renda do trabalho, mantém-se a desigualdade encontrada no mercado de trabalho, onde o salário médio e o tempo de contribuição das mulheres são mais baixos que os dos homens. (CFEMEA, 2003, p. 67-68).

Uma grande indignação das mulheres em relação a desvalorização no mercado de trabalho, subalternidade dos salários com referência aos dos homens com o mesmo grau ou menos de estudo e respectivamente a precarização ou desproteção da política previdência e o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS), em 2007. A mobilização de mulheres contra essas diversas formas de opressão se deu em âmbito nacional, com a participação de numerosos movimentos de mulheres em suas tantas especificidades.

No entanto, como coloca Silva (2012, p. 296), o FIPSS surgiu com o descontentamento do Fórum Nacional sobre Previdência Social (FNPS), promovido pelo governo federal em 2007. Este “provocou muito descontentamento; e, sobretudo, o seu funcionamento, sem que a população tivesse acesso às informações e poder de opinar e decidir sobre os encaminhamentos.” (SILVA, 2012, p. 296). Nesse sentido, a FIPSS surgiu no sentido de romper com tais problemáticas oportunizando a fala de diferentes mulheres e setores em relação ao acesso à política previdenciária. Sendo assim, Freitas (et.al (org.), 2010, p.37-38), expõe o objetivo da FIPSS,

Nosso objetivo foi o de visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social a que estamos submetidas. Defendemos um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social. Iniciamos nossa mobilização em abril de 2007 em resposta à ausência de espaço para a participação dos movimentos de mulheres no Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), criado pelo Governo Lula naquele ano, no qual estávamos presentes apenas como observadoras e sem direito à voz. Lançamos uma carta aberta à sociedade e realizamos nossa primeira mobilização paralela em frente do Ministério da Previdência Social, no momento em que acontecia a reunião para discussão sobre a situação das mulheres no Sistema Previdenciário. Naquele primeiro



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

momento, formávamos o Fórum Itinerante Paralelo sobre a Previdência Social. Desde então, seguimos realizando mobilizações itinerantes em várias regiões do País denunciando que o verdadeiro problema da Previdência social era sua dívida social com milhões de trabalhadoras e trabalhadores desprotegidos pelo sistema. Para nós, mulheres, a reforma realmente necessária deve ser voltada para ampliar direitos e cidadania, cumprindo o que está previsto na Constituição de 1988.

Este fórum vai de encontro às perspectivas neoliberais de contrarreforma previdenciária, assim é posto que um dos grandes desafios hoje “não é cortar benefícios diretos ou aumentar a tributação para compensar um pretense déficit, mas sim incorporar ao sistema grande parte dos trabalhadores e das trabalhadoras hoje sem cobertura previdenciária [...]” (FREITAS, et.al (org.), 2010, p.39). Ou seja, a incorporação de inúmeras mulheres que se encontram no mercado informal de trabalho, onde há uma desvalorização social e monetária dos serviços e atividades prestadas, bem como o “desprestígio social”. Apesar das grandes vitórias conquistadas ao longo dos anos, com especial ênfase para a Constituição Federal de 1988 e com as respectivas mudanças legislativas em prol das mulheres, trabalhadores e trabalhadoras informais, inclusive as que exercem atividade não remunerada no âmbito doméstico, demonstram um avanço em relação a equidade na forma de participação de custeio previsto nos princípios da seguridade social e da previdência social. Porém, ainda há muitas conquistas a serem alcançadas, pois ainda há um número extenso de mulheres sem acesso a política previdenciária e seus benefícios.

É preciso ainda, no entanto, enfrentar as desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito do trabalho, seja pelo fato de serem a maioria das trabalhadoras mais precárias, seja pelo não reconhecimento do trabalho majoritariamente realizado por nós na reprodução social, indispensável à sociedade e que gera e produz riqueza. (FREITAS, et.al (org.), 2010, p.39).

Em conformidade com Silva (2012) o FIPSS não conseguiu alcançar os objetivos desejados pelo governo, como apoio para as contrarreformas que propunha. Contudo,

Outras ações mais gerais do governo, como a política de emprego [...], tiveram repercussão na expansão da cobertura da previdência social, contudo, dadas as suas características mais fortes, como a rotatividade, a rendimento médio real dos salários pouco expressivos e a esmagadora maioria dos empregos criados terem o salário-mínimo como renda, o impacto na cobertura da



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

previdência é pouco consistente e efetivo, além de vulnerável à menor crise econômica. (SILVA, 2012, p.298).

Consequentemente, as diversas formas de opressão e discriminação que perpassam o cotidiano das mulheres alcança a política previdenciária, que por sua vez reflete no não acesso de grande parcela destas mulheres a esta política.

Conclusão

As atividades ditas femininas carregam diversos estigmas de preconceito e desvalorização; além do mais, Cordeiro (2014, p.71), expõe que “o papel atribuído à mulher ao longo da história nas mais diversas culturas [...] voltou-se para a sua responsabilização com as atividades relacionadas aos cuidados com os familiares e os afazeres domésticos. Essa situação se agrava quanto se análise a situação da mulher idosa, tendo em vista que estás são, em grande parcela, responsabilizadas pelos cuidados dos familiares, enfermos e pelo trabalho doméstico e manutenção do lar. O fenômeno da divisão sexual do trabalho é, pois, internacional. ” Assim, Cisne (2004), discorre como se gesta no capitalismo a opressão e discriminação da mulher,

O modo de produção capitalista, além de produzir, se apropria e “refuncionaliza” as subordinações das mulheres para o seu fortalecimento. Isso se dá à medida que, por meio dos seus interesses econômicos e pela ideologia que sustenta esses interesses, influencia diretamente na cultura, na educação diferenciada entre os sexos, provocando desigualdades nas relações sociais de uma forma geral. (CISNE, 2004, p.132).

As tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, as filhas e com os familiares acarretam diversos impedimentos para a mulher em relação à inserção no mercado de trabalho e ao acesso à proteção social. Assim, diversos são os limites impostos para o acesso das mulheres à previdência social, como exposto por Silva (2012), tais como: a fragilidade das relações de trabalho, a alta rotatividade, o trabalho informal, o salário baixo, entre outros fatores que limitam o acesso a esta política. “Essa posição da mulher no mercado de trabalho, no desempenho de atividade de qualquer natureza, fez da previdência social mais um espaço em que a luta pela igualdade de condições e tratamentos entre homens e mulheres seja realizada. ” (SILVA, 2012, p.219).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Referências

ANFIP. Análise da Seguridade social 2015. Brasília: Anfip, ano XXIV, n.º 121, abril de 2015.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000. Capítulo I. Páginas: 19-28.

ARAUJO, Clara. Marxismo, feminismo e enfoque de gênero. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf. Acessado em: 07 de maio de 2016.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição.

BENOIT, Lelita, Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf. Acessado em: 07 de maio de 2016.

BONETT, A. R. Desigualdade de Gênero. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. (Org.) Série O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direitos das Mulheres, v.5. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 91-96.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>>. Acessado em: maio de 2016.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei. 8.842, 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm >. Acessado em: maio de 2016.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; FES/ILDES – Fundação Friedrich Ebert / Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social. Propostas das mulheres para a Reforma da Previdência, Brasília, 2003. Acessado em, 20 de maio de 2016, no: (<http://www.cfemea.org.br>).

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

CISNE, Mirla. Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na história “feminização” da profissão. 2004. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife, 2004.

CORDEIRO, T.T.C. conquistas e limites no acesso das mulheres à previdência social após a constituição federal de 1988: análise da proteção social para donas de casa de baixa renda. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília (UnB), 2014.

COUTINHO, Carlos. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEC, Cibele (Orgs). Hegemonia às avessas: economia, política, na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

FREITAS, Isabel; MORI, Natalia e FERREIRA, Verônica [org.]. A Seguridade Social é um direito das mulheres. Vamos à luta! Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund., 2010. 68p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/2012. Síntese de indicadores. Brasília: IBGE, 2013. <http://loja.ibge.gov.br/pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-pnad-2012-sintese-dos-indicadores-com-cd.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA -IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2010. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_no_va/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA -IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>

LESSA, Sérgio. O Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARTINS, Mauricio Vieira. Ontologia social e emergência na obra do último Lukács, Para uma ontologia do ser social I. São Paulo, 2013.

MARX, K. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. (cap. XXIII), In: O Capital (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979 (pp. 712-827)

MARX, Karl. Os economicistas – O Capital da Economia Política. Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MÉSZÁROS, István. A Crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. FLACSO – Brasil, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo, 2013. Ed. Expressão Popular.

SILVA, José Anísio. Acreditando na velhice: novos caminhos. Revista Serviço Social e Sociedade. 37 anos XII. Dez.1991.

SILVA, M. A. S. Nem déficit, nem superávit na Seguridade Social: Contra-reforma com retenções, renúncias e suplementações orçamentárias. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília –UnB, 2008.

SILVA, M. R. F; YAZBEK, M. C. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. R. Katálysis. 2014;17(1):102-10.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Ataque à Previdência. ADUFPB Informa. - EDIÇÃO 114 (EDIÇÃO ESPECIAL), ABRIL DE 2015.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. Brasília, 2011. Tese de Doutorado.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes. Trabalho e previdência social no Brasil no contexto de crise do capital. Revista, **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – p. 137-160. 2015

SILVA, Maria Lucia Lopes. Trabalho e previdência social no Brasil no contexto de crise do capital. R. O Social em Questão, PUC Rio - Ano XVIII - nº 34 : 137-160; 2015

YANNOULAS, S. C. (2011, jul./dez). Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma nova categoria. Temporalis, 2(22), 271-292. Retrieved 30 04, 2016, from <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>.

YANNOULAS, S. C. Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013.